

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, Ethiopia, P.O. Box: 3243 Tel.: (251-11) 5513 822 Fax: (251-11) 5519 321
Email: situationroom@africa-union.org, oau-ews@ethionet.et

PSD/PCRD/EXP/2(I)

PROJECTO DE RELATÓRIO DA SESSÃO

**DO 4.º RETIRO DO CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA (CPS) E DE OUTROS
REPRESENTANTES PERMANENTES JUNTO DA UNIÃO AFRICANA
SOBRE RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO PÓS-CONFLITO EM ÁFRICA**

4-5 DE SETEMBRO DE 2005

DURBAN, ÁFRICA DO SUL

**PROJECTO DE RELATÓRIO DA SESSÃO DO 4.º RETIRO DO CONSELHO DE PAZ
E SEGURANÇA (CPS) E DE OUTROS REPRESENTANTES PERMANENTES
JUNTO DA UNIÃO AFRICANA SOBRE RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENT
O PÓS-CONFLITO EM ÁFRICA
4-5 DE SETEMBRO DE 2005, DURBAN, ÁFRICA DO SUL**

I. INTRODUÇÃO

1. O 4.º Retiro do Conselho de Paz e Segurança e de membros do Comité de Representantes Permanentes junto da União Africana, destinado a discutir a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito, teve lugar nos dias 4 e 5 de Setembro no Hotel Hilton, em Durban, África do Sul. O Retiro foi convocado para discutir experiências e lições aprendidas por organizações que trabalham no campo da reconstrução e do desenvolvimento pós-conflito, para discutir os elementos constitutivos dessa reconstrução e desenvolvimento, para identificar os principais actores, a configuração institucional e a coordenação necessária, assim como produzir um amplo entendimento sobre o plano de criação de um quadro da União Africana para a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito, um quadro que seja adaptável às diferentes situações de conflito e que guie o processo em países que saem de conflitos.

2. O Retiro foi organizado pela União Africana, tendo sido facilitado e apoiado pela SaferAfrica. O governo do país anfitrião, a África do Sul, presidente do Conselho de Paz e Segurança para o mês de Setembro de 2005, esteve representado pela Dra. Nkosazana Dlamini Zuma, Ministra dos Negócios Estrangeiros, pelo Dr. Ayanda Ntsaluba, Director Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e pelo Embaixador Baso Sangqu, Representante Permanente da África do Sul junto da União Africana em Adis Abeba, entre outros dignitários.

3. Os participantes no Retiro consistiram em quarenta e três (43) representantes dos Estados-Membros da UA, membros da Comissão da UA, assim como observadores do sistema das Nações Unidas, do Banco Mundial, da União Europeia e outros peritos de vários dos aspectos ligados à reconstrução e ao desenvolvimento pós-conflito (ver lista de participantes no Anexo 1).

4. Os participantes analisaram os elementos constitutivos do quadro previsto para a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito, trabalhando nos pormenores sobre os padrões e marcos de referência mínimos que deverão orientar as acções de resposta a questões humanitárias; governação durante a transição; desarmamento, desmobilização e reinserção, incluindo a reforma do sector da segurança; justiça, direitos humanos e reconciliação; recuperação sócio-económica; papel dos recursos naturais nos conflitos; questão da igualdade entre os sexos durante a transição e a recuperação; e mobilização de recursos para a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito. Houve uma discussão mais aprofundada sobre os princípios e valores que deverão ser o sustentáculo do quadro africano de políticas sobre reconstrução e

desenvolvimento pós-conflito, como a necessidade de haver liderança africana na definição e no esclarecimento da sua essência e operações; colocação do processo de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito nas mãos de nacionais e sob a sua liderança; fortalecimento de capacidades em matéria de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito; políticas coerentes no que toca à mobilização de recursos para a reconstrução pós-conflito; atenção contínua as causas profundas dos conflitos e eliminação do ciclo de violência; integração da planificação, implementação de acções e acompanhamento do desempenho; melhor coordenação e sinergia de acções (ver agenda, Anexo 2).

II SESSÃO DE ABERTURA

5. O Dr. Ayanda Ntsaluba, Director Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, deu as boas vindas aos participantes no Retiro e agradeceu à SaferAfrica por facilitar o encontro. Lembrou o desafio que os todos os Africanos enfrentavam em termos de assegurar que as sociedades que saem de conflitos não voltem a mergulhar em violência e sublinhou a importância de reflectir sobre a criação de uma base de desenvolvimento em situações pós-conflito.

Discursos de Abertura

6. O Embaixador Said Djinnit, Comissário da UA para a Paz e Segurança, exprimiu, no seu discurso de abertura, agradecimentos à África do Sul por ter tomado a iniciativa, durante a sua presidência do Conselho de Paz e Segurança, para haver um Retiro dedicado à reconstrução e ao desenvolvimento pós-conflito, e à SaferAfrica por facilitar o encontro. O Retiro, lembrou, dava início a um importante processo de implementação do mandato da UA em matéria de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito.

7. Informou os participantes de que, embora a Comissão da UA tivesse levado a cabo actividades de reconstrução pós-conflito no passado, as mesmas tinham sido muito pontuais pela sua natureza. Tinha chegado o momento de definir em linhas gerais uma estratégia global que consolidasse a paz, que evitasse o reacender dos conflitos e que guiasse os países afectados para a reabilitação e a reconstrução. Um quadro deste tipo concebido pela UA para a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito é também algo de imperioso porque, com os progressos conseguidos na prevenção de conflitos, as energias de África serão cada vez mais canalizadas para a reconstrução e o desenvolvimento durante as próximas duas ou três décadas.

8. Para dar início ao processo de conceber e criar o quadro previsto, a União Africana, com a assistência de instituições que operam no continente africano, particularmente o ACNUR e a SaferAfrica, tinha produzido um documento intitulado *Para um Quadro da União Africana sobre Reconstrução e Desenvolvimento Pós-Conflito*, que havia sido distribuído aos participantes.

9. O Embaixador Djinnit explicou que o mandato da União Africana para a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito estava previsto no Protocolo que cria o Conselho de Paz e Segurança. Os seus Artigos 3, 6, 13 e 14 faziam referência específica ao papel do Conselho na construção e consolidação da paz, assim como à reconstrução pós-conflito, incluindo actividades específicas a levar a cabo. O referido mandato é também complementado pelos recentes esforços desenvolvidos pela União Africana, particularmente a decisão tomada em Julho de 2003 em Maputo para criar um Comité Ministerial de Reconstrução e Desenvolvimento Pós-Conflito no Sudão, presidido pela África do Sul.

10. O Embaixador Djinnit lembrou também que, embora houvesse muitas outras instituições envolvidas em vários aspectos da reconstrução e do desenvolvimento pós-conflito, as suas prioridades e capacidades tendiam a limitar-se a áreas particulares como, por exemplo, refugiados, deslocados internos, mulheres, crianças, etc., e os seus esforços caracterizavam-se por problemas de coordenação. Além do mais, é importante que os esforços que tenham lugar no continente estejam nas mãos de África. Por estas razões, há uma necessidade premente de formular uma agenda abrangente sobre reconstrução e desenvolvimento pós-conflito e um plano de implementação que trace em linhas gerais as actividades, os papéis e as responsabilidades dos diferentes actores.

11. Lembrando que o Retiro oferecia uma oportunidade para que África começasse a desenvolver o seu próprio quadro, que seja um reflexo das necessidades e aspirações africanas, o Embaixador Djinnit exortou os participantes a reflectirem sobre as seguintes questões durante as discussões de dois dias:

- a) que a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito são primeiro um processo político, antes de se converterem em processo técnico;
- b) a segurança humana é essencial para o sucesso da reconstrução e do desenvolvimento pós-conflito;
- c) a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito deverão incidir sobre o restabelecimento da capacidade do Estado – o que envolverá questões como desarmamento, desmobilização e reinserção, recolha de armas, capacidade eficaz para garantir segurança pública e programas viáveis de reinserção;
- d) reforma do sector da segurança, incluindo o controlo por parte de autoridades civis e supervisão para garantir responsabilização;
- e) formas de criar incentivos para a paz, prestando uma atenção particular ao papel dos recursos naturais para influenciar os conflitos e mobilização de recursos;
- f) restabelecimento da confiança nos governos através da instalação de governos legítimos e instituições do sector público, para além das atenções imediatas à realização de eleições.

12. No que diz respeito ao caminho para o futuro, o Embaixador Djinnit informou os participantes de que a Comissão da UA tinha planos de usar os resultados do Retiro para realizar uma reunião de peritos, seguida de uma reunião continental de peritos

governamentais, que em última instância haveria de propor um quadro sobre reconstrução e desenvolvimento pós-conflito aos órgãos deliberativos da União Africana.

Discurso Temático Principal

13. No seu discurso temático principal, a Dra. Nkosazana Dlamini Zuma, Ministra dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, começou por realçar a importância da ideia de um retiro informal para trocas de ideias como uma base de criar políticas, e manifestou a sua esperança de que o retiro fosse posteriormente extensivo ao nível ministerial. Lembrando que África estava a assumir uma responsabilidade cada vez maior pela paz e segurança, a Ministra frisou a necessidade de desenvolver mecanismos eficazes de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito, que são essenciais para alcançar uma paz duradoura. Observou que o desafio consistia no desenvolvimento de um quadro estratégico que fosse adaptável às diferentes situações de conflito, uma vez que cada conflito é único; que melhorasse as complementaridades e a coordenação entre os actores; que desenvolvesse padrões e marcos de referência para avaliar os progressos da reconstrução e do desenvolvimento.

14. A Ministra Zuma explorou várias questões. A primeira está relacionada com os reais objectivos da reconstrução e do desenvolvimento pós-conflito. Sugeriu que essa reconstrução e esse desenvolvimento deveriam visar a realização de vários fins, incluindo o seguinte:

- a) **eliminar as causas profundas dos conflitos**, incluindo a má governação económica e política, lideranças que se recusem a sair do poder; falta de democracia; abuso dos direitos humanos; pobreza e desigualdades cada vez maiores entre os pobres e os ricos dentro de um país; concorrência pelo controlo dos recursos naturais; marginalização de certos grupos raciais, étnicos, religiosos e outros; forças externas;
- b) **prestar atenção aos danos das guerras**, incluindo a destruição de infra-estruturas, do tecido social das comunidades, traumas (físicos, emocionais e psicológicos), migrações forçadas, reconciliação, questões de igualdade entre homens e mulheres – particularmente porque as mulheres, juntamente com as crianças, sofrem as maiores consequências das guerras – e questões da juventude – por causa do número cada vez maior de soldados menores e dos efeitos nocivos das guerras para as crianças;
- c) **colocar o país afectado na via do desenvolvimento sustentável** e garantir que não volte a mergulhar em violência. Estas medidas requerem um exame dos elementos constitutivos de uma economia de guerra para determinar aqueles que podem ser incorporados de forma útil na economia pós-conflito, e aqueles que devem ser eliminados de modo que não conduzam a uma reacção adversa por parte dos beneficiários da economia de guerra.
- d) **Oferecer oportunidades ao país afectado para que se modernize** e ultrapasse etapas para entrar no século XXI. A reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito não deverão apenas procurar restabelecer as

infra-estruturas existentes antes da guerra. Deverão também permitir que um país beneficie de infra-estruturas modernas, tecnologias de informação, etc., para modernizar o Estado, oferecer-lhe uma economia moderna e infra-estruturas, acelerar o desenvolvimento e melhorar as vidas das pessoas.

- e) As actividades de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito **têm que ser sustentadas pelo princípio da equidade e justa distribuição dos poderes e das riquezas**, porque de outra forma haverá um ressurgimento do conflito.

15. A Ministra Zuma sublinhou o facto de que a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito têm que incidir também sobre o desarmamento, a desmobilização e a reinserção dos ex-combatentes, assim como oferecer-lhes novas formas de vida. Para o efeito, deverão ser tiradas vantagens das forças armadas, modernizando-as para torná-las novas e profissionais, assim como prestar atenção à reforma do sector da segurança, para que as forças de defesa respeitem a separação entre o Estado/política e as forças armadas, evitando assim futuros golpes de estado por meios militares. Deverão também ser examinadas formas de as forças de defesa poderem ser usadas em actividades de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito.

16. A Ministra Zuma colocou em seguida a segunda pergunta: Em que fase deverá começar o processo de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito? A Ministra sugeriu que o momento de início do processo é crucial para a reabilitação das sociedades que saem de conflitos. Observou que:

- a) Poderá não ser prudente esperar pela definição que a ONU dá à paz como sendo a cessação de hostilidades. A reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito deverão arrancar antes, mesmo durante as negociações;
- b) Nalguns casos, as mulheres juntaram-se para discutir os seus pontos de vista e aspirações relativamente à reconstrução e ao desenvolvimento pós-conflito, criar amizades e desenvolver valores partilhados e orgulho nacional que passaram a ser pilares básicos para uma paz duradoura e reconstrução. Outros grupos sociais, como os jovens, podem ser encorajados para levar a cabo actividades de apoio à paz;
- c) O aspecto principal consiste em identificar as forças motoras e os promotores da reconstrução e do desenvolvimento pós-conflito, e trabalhar com essas forças e promotores com vista a pôr em marcha o processo de paz. Os referidos promotores poderão não ser as forças genéricas, particularmente as elites políticas que estão sempre envolvidas, e poderão incluir outras forças sociais como os líderes tradicionais, os dirigentes religiosos, as mulheres, os empresários, os académicos, a magistratura judicial, a sociedade civil, os actores internacionais, incluindo agências de desenvolvimento, parceiros bilaterais e instituições financeiras internacionais.

17. É essencial identificar quem dirige e conduz o processo de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito. A liderança externa levou ao fracasso de vários

processos de reconstrução no passado. Por exemplo, o processo de reconstrução deverá estar nas mãos dos nacionais e a liderança local deverá ser apoiada pela ONU, pela NEPAD e por outros parceiros.

18. A Ministra Zuma debruçou-se a seguir sobre a questão da duração da reconstrução e do desenvolvimento pós-conflito, indicando que:

- a) Os processos de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito deverão continuar até que tenha passado o período susceptível de causar um regresso à violência, isto é, até que a boa governação tenha assentado raízes, o desenvolvimento de infra-estrutura tenha arrancado e a economia tenha começado a crescer;
- b) A reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito deverão representar uma vida melhor para todos, o que significa acesso a serviços sociais, restauração de dignidade e resolução de questões específicas às mulheres, para garantir uma participação igual.

19. Relativamente à questão dos recursos para a implementação da reconstrução e do desenvolvimento pós-conflito, a Ministra Zuma salientou a importância de começar por mobilizar os recursos e a liderança nacionais para o processo. Esta mobilização deverá ter o respaldo do continente e o apoio dos parceiros internacionais. A liderança africana é crucial na questão dos recursos porque a liderança internacional cria uma situação em que são as pessoas de fora a determinar as prioridades e o ritmo da reconstrução. A este respeito:

- a) **Os recursos humanos** deverão começar por ser mobilizados dentro dos países afectados, e depois no continente. Só no fim é que deverá haver mobilização entre parceiros internacionais. Se um dado país tiver passado por um conflito prolongado, haverá uma massa crítica de recursos humanos a residir no exterior do país. Um dos desafios consiste na forma de atrair a diáspora a regressar para participar na reconstrução do seu país;
- b) **Os recursos financeiros e materiais** deverão vir primeiramente de fontes nacionais – porque todos os países possuem alguns recursos nacionais, seguindo-se as fontes continentais e depois as fontes internacionais. A busca de assistência internacional como um primeiro passo apenas perpetua a dependência;
- c) **África** deverá colocar um desafio a si mesma, como um continente, e estudar vias de mobilizar recursos para permitir que o continente implemente a agenda da reconstrução e do desenvolvimento pós-conflito. Este processo poderá assumir a forma de um **Fundo Africano de Desenvolvimento** para que sirva de catalisador para ter acesso a recursos de parceiros de desenvolvimento;

- d) A tendência tem sido olhar para o Norte, para as instituições financeiras internacionais e para os doadores bilaterais, mas há a necessidade de diversificar e **buscar outros tipos de alianças como, por exemplo, a cooperação Sul-Sul**;
- e) Também é crucial que **se defina o papel da ONU**, particularmente o papel da proposta Comissão de Construção da Paz, no processo de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito em África.

20. Em resumo, a Ministra Zuma sublinhou a necessidade de um quadro da União Africana que resolva as causas básicas, elimine os efeitos da guerra, seja sensível às necessidades e aspirações das mulheres, garanta o envolvimento das mulheres e dos jovens, e que permita a um país afectado mobilizar a totalidade dos recursos nacionais e expandir a participação de todos os segmentos da sociedade na reconstrução e no desenvolvimento pós-conflito.

SESSÃO I: QUADRO GERAL DA RECONSTRUÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO PÓS-CONFLITO

Questões cruciais e tendências gerais

21. O Professor Chaloka Beyani ofereceu um quadro geral de questões críticas e tendências gerais da reconstrução e do desenvolvimento pós-conflito. Começou por declarar que, numa perspectiva intelectual, a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito eram relativamente novos. Por esta razão, existem poucas formas de actuação e modelos teóricos para a reconstrução do Estado – e muitos desses tendem a ser econométricos, ou estão orientados para uma análise de substracto étnico. O quadro da União Africana deverá incidir sobre a reconstrução do Estado, não sobre uma comunidade étnica, havendo assim poucos modelos a seguir.

22. É importante para África que a União Africana desenvolva um quadro de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito porque os seus parceiros internacionais já estão mais avançados neste campo. Vários doadores bilaterais reuniram-se em Londres em Fevereiro de 2005 para harmonizarem as suas estratégias para a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito. É crucial que a UA desenvolva a sua própria agenda, uma agenda que estabeleça os termos de negociação do continente com os seus parceiros, que indique as prioridades e o papel da UA e de outros actores no processo de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito.

23. O ponto de partida para a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito deverá ser uma estratégia regional, uma vez que os conflitos envolvem redes regionais e os esforços de reconstrução num estado podem transferir o conflito a um país vizinho. As organizações regionais e sub-regionais já começaram a mostrar interesse pelas complexidades regionais dos conflitos, e a UA tem de assumir esta iniciativa, caso contrário ver-se-á preterida a favor das Comunidades Económicas Regionais. Por outro lado, a ausência de uma rede da UA tem também levado a concorrência entre a UA e

as CERs relativamente aos recursos, o que retira as atenções das questões reais. Nesta conformidade, é imperioso que haja uma estratégia continental coerente a sistemática que se identifique com questões e organizações sub-regionais.

24. As estratégias regionais para a resolução de conflitos deve começar pela análise das causas básicas dos conflitos numa dada região. Um exemplo dessas estratégias é o Processo dos Grandes Lagos, baseado na implementação da Declaração de Dar es Salaam sobre Paz, Segurança, Democracia e Desenvolvimento na região dos Grandes Lagos. Este processo foi o resultado da constatação por todas as partes envolvidas de que os processos de paz nacionais individuais não podiam, por si só, resolver os problemas, e de que os vários conflitos estavam intimamente ligados, requerendo por isso uma solução dentro de um quadro integrado.

25. É também crucial que um quadro da UA para a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito fixe os seus objectivos, estabeleça os pormenores da relação entre os objectivos e o quadro da sua implementação e prestar atenção à “arquitectura” dos estados – que constitui o alicerce da realização da reconstrução. As questões fundamentais que requerem uma reflexão são as seguintes:

- a) **Arquitectura do Estado:** este aspecto tem a ver com a construção do Estado dentro dos elementos delimitativos da jurisdição estatal como, por exemplo, os limites de um território ou pátria, que dá direito a recursos e que levanta a questão do acesso a esses recursos e da sua distribuição. O poder de decidir quem distribui os recursos e a forma de distribuição é crucial e pode levar a guerra ou fortalecer a reconstrução;
- b) **População:** as populações africanas são heterogéneas e as políticas de exclusão são uma grande fonte de conflitos. Neste caso, os direitos humanos tornam-se essenciais como padrões de medição da governação, paz e segurança. A protecção desses direitos passa de indivíduos a minorias, das relações desses grupos a territórios. A governação em situações pós-conflito, por necessidade, tem de procurar ser inclusiva;
- c) **Redacção da constituição** como um aspecto importante do processo de construção do Estado. O processo deverá ser exaustivo e conduzido pelo povo, caso contrário a constituição corre o risco de ser rejeitada pela população. É necessário que haja um vínculo orgânico entre aqueles que negociam a constituição e o povo em geral. Uma questão crucial para a reconstrução é a forma como a distribuição de poderes e riquezas é reflectida na constituição;
- d) **A democracia** como um mecanismo de transferência pacífica de poderes não é uma panaceia em si. A precipitação às eleições em situações pós-conflito muitas vezes pode desencadear conflitos e aumentar tensões, se as condições não estiverem reunidas para o pleito político;

- e) **A natureza e o sistema de governo**, com base nos direitos humanos, na democracia e na participação, incluindo a justiça transitória. A reconciliação é importante, visto que os promotores de conflitos olham para ela como um meio de conseguirem a sua própria protecção e/ou como um meio de ganhar ou manter o controlo sobre os recursos. As medidas de justiça transitória permitem-lhes abdicar das armas com algumas garantias de segurança;
- f) **Questões humanitárias**, especialmente em relação a ex-combatentes, deslocados internos, refugiados e vítimas de violência. É importante que se ofereçam meios de vida alternativos para aqueles que tinham a violência como a seu único meio de subsistência. As migrações forçadas podem produzir recalcamientos não resolvidos se não receberem a devida atenção;
- g) O **desarmamento**, a **desmobilização** e a **reinserção** de elementos anteriormente armados, que devem incluir uma nova formação para novos ofícios;
- h) A **reforma do sector da segurança** é crucial para a criação de forças armadas eficazes e profissionais. Muitas vezes as reformas são vistas como a redução de efectivos, sem reflectir sobre as opções disponíveis para aqueles que são desmobilizados. Caso os soldados desmobilizados não sejam reinseridos, os mesmos podem colocar o risco de recorrerem ao banditismo, ao mercenarismo, ou voltar à guerra;
- i) Vínculo entre a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito e a **modernização**.

Experiências e lições aprendidas por Organizações Especializadas Africanas

26. Esta sessão reafirmou a necessidade de um quadro africano para a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito, e ofereceu a oportunidade de representantes de várias organizações especializadas africanas reflectirem sobre as lições aprendidas, experiências e tendências gerais do debate sobre a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito.

27. O Sr. El-Ghassim Wane, Chefe da Divisão de Gestão de Conflitos dentro da Comissão da UA, começou por explicar que a maioria dos esforços da UA até agora têm incidido sobre a resolução de conflitos. Contudo, o crescente sucesso desses esforços significa que a Organização tem agora que dedicar mais esforços à reconstrução e ao desenvolvimento pós-conflito, sendo por esta razão que o Conselho Executivo tomou a decisão, em Sirte, em Julho de 2005, para instruir a Comissão a desenvolver um quadro para esta área.

28. A experiência da UA em matéria de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito até à presente data tem sido pontual. Essas experiências incluem o seu envolvimento

nas Comores, na Somália e no Sudão – com a criação do Conselho Ministerial da UA para a Reconstrução Pós-Conflito no Sudão e as suas posteriores actividades.

29. A UA também está a prestar atenção a várias questões relativas a “prevenção estrutural”, nos seus esforços de resolver as causas profundas dos conflitos. Estes esforços incluem trabalho nas áreas de armas ligeiras e de pequeno calibre, minas, eleições, governação e democracia.

30. O Dr. Raymond Agossou, o representante do Departamento de Recursos Humanos, Ciência e Tecnologia da Comissão da UA, falou do envolvimento da Comissão na questão do desenvolvimento da juventude em situações pós-conflito, em que os jovens perderam oportunidades de instrução escolar e precisam de formação profissional e fortalecimento de capacidades para participar na reconstrução do seu país, assim como reabilitação psicológica.

31. O Dr. Berhanu Admassu, o representante do Escritório Interafricano de Recursos Animais (IBAR), explicou que o IBAR tem estado envolvido na resolução de conflitos em situações de contenciosos entre criados de gado, agravados pela proliferação de armas de pequeno calibre e armas ligeiras. Algumas das lições aprendidas com estas intervenções incluem o seguinte: a importância do conhecimento local, a necessidade de avaliações alargadas para servirem de base aos programas de assistência humanitária e desenvolvimento, o benefício de usar estratégias participativas, a necessidade de envolver as autoridades locais e a importância de coordenação e compromisso a longo prazo por parte dos doadores.

32. O Sr. Thizier Seya, do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), falou do papel do BAD na reconstrução e no desenvolvimento pós-conflito. Na sequência da aprovação de novas Linhas de Orientação Políticas sobre Situações Pós-Conflito em Abril de 2004, o BAD criou um Mecanismo de Financiamento Pós-Conflito para responder às necessidades de países que saem de conflitos e que não tenham capacidades para reunir os rigorosos critérios de financiamento normal. O Mecanismo de Financiamento Pós-Conflito facilita a eliminação de pagamentos atrasados para países beneficiários que saem de conflitos para lhes permitir renegociar com a comunidade internacional de doadores a concessão de subsídios e financiamento favoráveis e habilitar-se à redução da dívida ao abrigo da Iniciativa de Países Pobres Altamente Endividados. Este esforço busca concentrar-se sobre a prática injusta de alguns países que saem de conflitos terem que competir com países em paz para a obtenção de recursos. O BAD realçou a necessidade de cooperação mais estreita entre as organizações continentais e regionais que trabalham em soluções políticas, por um lado, e instituições financeiras, por outro, para fortalecer o processo de construção da paz e evitar o regresso às hostilidades.

Experiências e lições aprendidas por Organizações Especializadas Internacionais

33. O representante da Organização Internacional de Migrações (OIM), o Sr. Mike Pillinger, explicou que a sua organização implementa programas em vários países que

saem de conflitos em África para apoiar o fortalecimento de capacidades dos regressados, a revitalização comunitária e a disponibilização de assistência de emergência a populações vulneráveis. Uma transição bem-sucedida de situação de conflito a normalidade requer programas amplos e flexíveis que apoiem uma restauração rápida de uma sociedade civil funcional no período imediatamente seguinte ao conflito. Visto que ocorrem movimentos significativos de pessoas durante o período de transição, é necessária uma assistência imediata à reinserção, a ser implementada em paralelo com as operações de regresso. Esta assistência ajuda a criar confiança, garante que as populações regressadas tenham a possibilidade de estabelecer raízes novas e estáveis, assim como elimina a possibilidade de migrações negativas devido à insegurança. Alguns elementos fundamentais de programas bem-sucedidos de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito consistem no seguinte:

- a) trabalho de equipa, experiência, imparcialidade e um mandato claro;
- b) um quadro de políticas reconhecido;
- c) uma estratégia de implementação de massas e da base ao topo;
- d) disponibilidade antecipada de fundos;
- e) parcerias eficazes;
- f) uma estratégia multisectorial;
- g) apoio ao fortalecimento de capacidades locais.

34. O Embaixador Tim Clarke, Chefe da Delegação da União Europeia junto da União Africana, falou do envolvimento da UE em várias actividades de reconstrução pós-conflito. Essas actividades podem ser divididas em assistência humanitária a curto prazo, como a reabilitação de infra-estruturas de base, a desminagem, a reinserção social de refugiados e deslocados internos, o desarmamento, a desmobilização e a reinserção, assim como as actividades de estabilização a longo prazo, como os programas dirigidos à governação e democracia, assim como a restauração da capacidade produtiva e outras capacidades institucionais. O Mecanismo de Intervenção Rápida da EU permite responder com urgência a necessidades de países mergulhados em instabilidade política grave ou que tenham sofrido catástrofes. Para o sucesso destas actividades é essencial o seguinte: objectivos bem definidos, uma estratégia de implementação, sinergias, monitorização e avaliação dos progressos. Algumas das lições aprendidas nas intervenções da UE em matéria de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito incluem a necessidade de:

- a) sinergias entre assistência humanitária, gestão de crises e assistência ao desenvolvimento a longo prazo;
- b) flexibilidade;
- c) quadro para a tomada de decisões e mecanismos de financiamento simplificados;
- d) coerência entre programas e actores;
- e) coordenação estratégica.

O caminho em frente deverá envolver uma agenda comum UA/UE, diálogo intensificado e financiamentos mais seguros.

35. O Sr. John Ohiorhenuan, do PNUD, destacou quatro áreas de análise no desenvolvimento do quadro da UA:

- a) Maior posse nacional sobre a assistência a curto prazo no período imediatamente seguinte ao fim do conflito. Apesar de capacidades limitadas, as autoridades nacionais, e não actores externos, deverão assumir a posse da avaliação das necessidades pós-conflito;
- b) Fortalecimento de capacidades nacionais para implementação a longo prazo. As intervenções externas são de duração limitada e, de facto, podem comprometer a capacidade interna de implementação a mais longo prazo;
- c) Estabelecimento de capacidades para recuperação sócio-económica constante. Os programas internacionais de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito muitas vezes incidem sobre certas áreas como o desarmamento, a desmobilização e a reinserção, assim como a assistência humanitária, quando se descutam as capacidades de ministérios de implementação pertinentes, os parlamentos e outras instituições que terão que manter a paz;
- d) “infra-estruturas de paz”, que são vitais para o sucesso da reconstrução e do desenvolvimento pós-conflito. Os mecanismos para a criação de consenso terão sido destruídos pelo conflito e precisarão de reabilitação. Muito do apoio internacional vai para as infra-estruturas físicas, mas não para as infra-estruturas de paz.

36. O representante do ACNUR, o Sr. Befekadu Berhanu, indicou que existem mais de 18 milhões de refugiados, deslocados e outras pessoas de preocupação para o ACNUR em África e que muitas das populações deslocadas mantêm-se em situação de refugiados durante longos períodos porque os programas de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito não chegam a resolver as causas profundas dos conflitos. Mais de metade dos países de África registaram conflitos violentos nos últimos 15 anos, com grandes consequências humanitárias para populações civis. Os programas de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito deverão tentar explorar a capacidade produtiva das populações deslocadas para o processo de reconstrução. O lançamento da arquitectura continental de paz e segurança da UA e da NEPAD oferece uma nova dinâmica para a regeneração de África, em que o quadro continental de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito se pode basear. O quadro terá que assentar numa estratégia integrada, ligando a assistência humanitária, a recuperação, a reconstrução e o desenvolvimento através de mecanismos integrados de inserção a níveis nacional e regional. Deverá também utilizar e expandir as capacidades locais e deverá receber apoio internacional coordenado.

37. O Sr. Bernard Harborne, do Banco Mundial, declarou que a sua instituição concedeu cerca de 6,6 milhões de dólares em empréstimos e projectos em países africanos que saem de conflitos. Foram identificadas quatro áreas fundamentais: primeiro, a obtenção de ajuda e a importância de mobilizar recursos internos para a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito; segundo, transformar as economias de guerra em economias de paz e inverter a tendência do crescimento económico

negativo durante os conflitos; terceiro, a necessidade de um quadro de segurança para países que saem de conflitos; e, quarto, a necessidade de coordenação e harmonização de actores e programas, especialmente de avaliações conjuntas de necessidades, descrição de resultados e fundos fiduciários de vários doadores. A União Africana poderá desempenhar um papel fundamental em garantir que o diálogo político prossiga depois de ter sido assinado um acordo de paz, promovendo a colocação da reconstrução e do desenvolvimento pós-conflito nas mãos dos nacionais, assegurando controlo sobre os respectivos programas e criando uma base de dados de africanos qualificados em matéria de programas de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito, com vista a assegurar o uso de capacidade técnica local.

38. A Sra. Helen Bekele, representante do Programa Alimentar Mundial (PAM), falou das linhas de orientação que estão a ser desenvolvidas para situações de transição. O PAM está envolvido em ajuda de emergência, por vezes prolongada, e actividades de desenvolvimento, com especial atenção ao vínculo entre as duas questões.

DEBATE

39. Vários temas de grande importância surgiram das discussões das questões levantadas durante a abertura e a primeira sessão. Os participantes:

- a) sublinharam a necessidade de colocar os programas de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito nas mãos de instituições nacionais e locais e de haver coordenação entre os parceiros de desenvolvimento;
- b) realçaram a importância de a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito estar nas mãos dos seus beneficiários e deram, como exemplo, a participação do Sudão na formulação e no financiamento da reconstrução pós-conflito do país na ordem de mais de 50% (5,5 bilhões de dólares dos EUA dos 8,5 bilhões prometidos) em que foram mobilizados recursos, sob a forma de futuras receitas do petróleo, para a reconstrução pós-conflito;
- c) frisaram a necessidade de resolver as razões de base dos conflitos e envolver os beneficiários de programas de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito na sua concepção e implementação, particularmente o papel da interferência externa, da má governação e dos recursos naturais na instigação ou no agravamento de conflitos;
- d) aceitaram mutuamente que os critérios para a atribuição de empréstimos por parte de instituições financeiras internacionais tendem a não beneficiar os países que saem de conflitos e apelaram para que esses critérios sejam revistos para garantir acesso a recursos;
- e) apelaram às instituições financeiras africanas para que prestem assistência à recuperação pós-conflito;
- f) realçaram a necessidade de coordenar as actividades da UA e das CERs.

SESSÃO II: ELEMENTOS DE RECONSTRUÇÃO E RESENVOLVIMENTO PÓS-CONFLITO

Necessidades humanitárias durante a transição de um conflito a uma paz duradoira

40. O representante do ACNUR, o Sr. Ngandu Ilunga, lembrou que embora a comunidade internacional tenha registado grandes progressos em termos de resposta a situações pós-conflito, uma grande lição que se aprendeu é que uma paz duradoira só pode ser alcançada por uma forma de actuação integrada que preste atenção a todas as dimensões da vida, incluindo as dimensões humanitária, política e sócio-económica. Se faltar qualquer elemento, o processo poderá fracassar.

41. Notou que, entre as questões mais urgentes de situações pós-conflito, inclui-se o regresso de populações deslocadas, particularmente os refugiados, para as suas áreas de origem. Num futuro próximo, espera-se que cerca de 2 milhões de refugiados e 5 milhões de deslocados comecem a regressar às suas áreas de origem, como consequência do processo de paz em curso, contudo não existe um financiamento suficiente para o ACNUR e outras agências para apoiar esse regresso. Actualmente, apenas 40% dos recursos necessários estão disponíveis. A comunidade internacional deverá entender que a paz é onerosa e deve estar pronta para arcar com os custos.

42. Algumas necessidades prementes das populações durante situações pós-conflito são:

- a) segurança e protecção da população afectada, o que requer a restauração das autoridades civis e a lei e ordem;
- b) assistência imediata aos regressados, uma vez nas suas áreas de origem, durante 18-24 meses, enquanto restabelecem os seus meios de subsistência. Os doadores deverão acelerar a disponibilização de fundos para essas necessidades;
- c) reabilitação das infra-estruturas de base, que deverá começar durante a fase de emergência;
- d) programas de reabilitação comunitária que beneficiem todas as populações afectadas, ao invés de prosseguir mandatos específicos e separados que tratem de categorias diferentes como ex-combatentes, comunidades de acolhimento, deslocados internos, refugiados, etc., excluindo as populações civis locais.

43. O Sr. Ilunga concluiu com as seguintes recomendações para uma reconstrução e um desenvolvimento pós-conflito bem-sucedidos:

- a) Durante as negociações de paz, é vital incluir as necessidades de segurança e reconciliação das populações afectadas no acordo. Muitas vezes, as atenções vão mais para as perspectivas políticas e militares, sem ter em consideração a dimensão humana;
- b) Deverá haver maior coesão e integração entre os parceiros envolvidos na reconstrução e no desenvolvimento pós-conflito. A avaliação conjunta de

- necessidades e a orçamentação conjunta no Sudão é um exemplo que deverá tornar-se num requisito convencional em cada situação;
- c) Com vista a estabilizar as populações, alguns sectores, particularmente os ligados às necessidades humanitárias, devem intensificar as suas actividades. Por esta razão, os financiamentos deverão ser flexíveis e permanentemente disponíveis.
 - d) Os recursos humanos nacionais, incluindo os membros da diáspora e os refugiados qualificados, deverão ser utilizados e identificados;
 - e) As capacidades das populações afectadas deverão ser desenvolvidas enquanto ainda se encontram no exílio, em preparação do seu futuro regresso.

44. Para complementar esta apresentação, o Sr. Nicolas Bwakira, o representante da Acção Humanitária Africana, realçou a necessidade de colocar os processos de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito nas mãos dos africanos e exortou que este aspecto passe a ser uma regra de envolvimento fundamental. Muitíssimas vezes, as ONGs africanas locais são totalmente ignoradas durante os processos de paz e de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito, enquanto que as ONGs estrangeiras inundam tais situações e ditam as regras do jogo.

45. Exortou firmemente que fossem usadas as ONGs locais nos processos de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito porque:

- a) As ONGs locais possuem conhecimentos e capacidades locais;
- b) As ONGs locais mantêm-se no país afectado por longo tempo para apoiar actividades;
- c) As ONGs custam muito menos do que as internacionais; e
- d) O uso de ONGs locais fortalece as capacidades locais.

46. No passado, a comunidade internacional aplicou dois pesos e duas medidas em relação a África em termos de rapidez de intervenção e volume de recursos mobilizados. África tem que prestar atenção a esta questão de iniquidade de maneira firme e franca com a comunidade internacional.

Governança durante a transição e em situações pós-conflito

47. O representante do PNUD, Sr. John Ohiorhenuan, indicou seis lições fundamentais aprendidas no restabelecimento de instituições públicas em situações pós-conflito para uma paz sustentável:

- a) (re-)estabelecimento de consenso sobre governação. As instituições públicas pré-conflito muitas vezes são percebidas como sendo a favor de um grupo, em detrimento de um outro, ou de estarem sujeitas a influência de seitas. A reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito deverá procurar, assim, restabelecer o consenso de governação. O consenso pode ser estabelecido através do processo de elaboração e aprovação da constituição. O alcance

de um consenso duradouro pode levar vários anos, mas este processo tem a vantagem de envolver a população, independentemente do modelo de governação adoptado;

- b) Criação de instituições públicas transitórias credíveis que possam garantir o estado de direito e prestar serviços públicos básicos. Para colmatar esta lacuna, a UA poderia destacar peritos africanos para apoiar os países que saem de conflitos. Quando possível, os esforços regional e internacional para a manutenção da paz deverão empregar pessoal local, incluindo a diáspora;
- c) Competências para o processo de reconstrução, como mediação, negociação e promoção de consenso, que tenham desaparecido durante o conflito. Essas competências são fundamentais para a transformação da liderança;
- d) Reconstituição das associações cívicas;
- e) Descentralização do governo. As instituições públicas não terão um bom desempenho e a sociedade civil não poderá florescer se o governo for excessivamente centralizado. A dispersão de funções nucleares do governo para o nível local permite uma maior participação e reduz os desafios na luta de poder;
- f) Estabelecimento de um espaço cívico seguro e garantia de que o mesmo não seja dominado por sabotadores. Uma forma de alcançar este objectivo é mudar o comportamento daqueles que querem continuar a dominar o espaço e encorajar o ressurgimento de vida civil.

DISCUSSÃO

48. Várias questões importantes foram levantadas durante os debates que se seguiram:

- a) A reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito deverá trazer coesão, coerência e uma estratégia integrada, desde as primeiríssimas horas da avaliação de necessidades, como no Sul do Sudão, com uma equipa multidisciplinar e multisectorial que trabalhe conjuntamente;
- b) Além de reiterar a importância da coerência e da coordenação entre actores e programas, os participantes realçaram a necessidade de tratar dos diferentes elementos da reconstrução e do desenvolvimento pós-conflito de modo simultâneo;
- c) A UA deverá negociar com parceiros internacionais para criar um fundo fiduciário especial a fim de explorar as competências e capacidades de refugiados e da diáspora;

- d) Os participantes discutiram se o facto de visar certos grupos, com ex-combatentes, nas fases iniciais dos conflitos, constituía uma medida necessária para assegurar paz duradoira ou discriminação;
- e) A escassez de recursos para a inserção, o reassentamento e a reabilitação de populações deslocadas deverá merecer atenção urgente por parte da UA para evitar o fracasso dos processos de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito;
- f) Embora o Banco Mundial e a UA tenham recursos disponíveis, o desbloqueamento efectivo de fundos é difícil e lento. Os participantes recomendaram que os doadores procedessem a uma revisão dos métodos de desbloqueamento de fundos para que sejam tornados mais flexíveis;
- g) Os participantes reiteraram a necessidade de recorrer a ONGs locais e deram um exemplo de como a UA doou 150.000 dólares dos EUA à Cruz Vermelha do Uganda. Propôs-se também que as ONGs locais fossem convidadas a reuniões como aquela, para partilhar as suas experiências sobre a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito;
- h) O fortalecimento de capacidades deverá começar nas fases de assistência de emergência e humanitária do processo de reconstrução;
- i) A questão da sequência também foi levantada, dado que qualquer situação de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito apresenta variadíssimas necessidades urgentes que vão desde os desafios humanitários, a manutenção da paz e a reinserção que merecem atenção. O quadro da UA poderá proporcionar orientação para esta questão.

Desarmamento, desarmamento e reinserção (DDR) e reforma do sector da segurança em situações pós-conflito

49. Esta comunicação foi apresentada pelo Sr. Maximo Halty, um representante do Secretariado da ONU baseado no Sudão, e o mesmo lembrou a necessidade de uma estratégia integrada que ligue o desarmamento, a desmobilização e a reinserção, por um lado, e a reforma do sector da segurança e a segurança comunitária por outro. Visto que o último objectivo dos programas de desarmamento, desmobilização e reinserção é fortalecer a segurança para todos e pretende-se que os beneficiários sejam não combatentes, os referidos programas deverão ter como base as necessidades de segurança da comunidade no seu todo, e tentar responder às mesmas.

50. Notou que é importante lembrar-se de que cada situação de conflito tem as suas próprias características e embora os programas de desarmamento, desmobilização e reinserção devam incorporar lições aprendidas de experiências anteriores, esses programas tem que ser moldados a necessidades específicas a cada país que sai de um conflito. Sugeriu que nem todas as situações pós-conflito requerem esse tipo de programas e que os mesmos deverão ser levados a cabo apenas uma vez para evitar criar incentivos que levem as pessoas a pegar em armas. Os programas deverão estar nas mãos dos nacionais e incluir um amplo universo de intervenientes, e não apenas o governo.

51. O sucesso dos programas de desarmamento, desmobilização e reinserção reside na capacidade desses programas para reinserir social e economicamente os ex-combatentes para que se transformem em parte integrante do processo de paz. Os referidos programas deverão, de facto, ser reinserção, desmobilização e desarmamento por a reinserção é a única via de garantir um desarmamento genuíno.

52. Visto que o desarmamento, a desmobilização e a reinserção são uma componente da reforma do sector da segurança, os respectivos programas deverão ser incorporados numa estratégia mais alargada que inclua também a desmilitarização.

Justiça, direitos humanos e reconciliação durante transições e situações pós-conflito

53. Houve duas comunicações sobre justiça, direitos humanos e reconciliação durante transições e situações pós-conflito. A primeira foi apresentada pelo Sr. Babana, Membro da Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos e a Segunda pelo Sr. Ibrahim Wani, representante da Comissão da ONU para os Direitos Humanos.

54. A primeira comunicação sublinhou o facto de que os conflitos contribuem para as violações dos direitos humanos, sendo assim imperioso que a dimensão desses direitos seja integrada no quadro da UA para a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito. Todos os países africanos ratificaram a Carta Africana sobre os Direitos Humanos e dos Povos, e a Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos tem estado envolvida em processos de reconciliação pós-conflito. Por exemplo, a Comissão enviou várias delegações ao Ruanda para prestar assistência ao funcionamento dos tribunais *gacaca*, na área dos direitos dos reclusos e noutras questões. Contudo, a Comissão enfrenta dificuldades materiais como, por exemplo, a insuficiência de financiamentos e a carência de recursos humanos, assim como dificuldades políticas como, por exemplo, a uma cooperação que não total por parte dos estados-membros na realização destas tarefas.

55. A segunda comunicação incidiu sobre a interligação entre os direitos humanos e a reconstrução pós-conflito, frisando o carácter central dos direitos humanos para qualquer estratégias de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito. A pertinência deste aspecto decorre de cinco áreas:

- a) Os abusos dos direitos humanos podem desencadear ou perpetuar conflitos devido a políticas de marginalização, discriminação baseada em identidade e percepções de injustiça;
- b) Os conflitos africanos são caracterizados por graves violações dos direitos humanos que resultam em traumas, desconfiança para com as autoridades governamentais e desconfiança entre comunidades;

- c) Os ambientes em conflito e em transição de conflito a situação de paz são geralmente fluídos, marcados por anarquia e desequilíbrios de poder, e podem encorajar as violações dos direitos humanos;
- d) As situações de reconstrução pós-conflito são marcadas pela melindrosa coexistência entre combatentes, infractores e vítimas – causando temores e fragilidades;
- e) As situações de reconstrução pós-conflito são marcadas por uma paralisação institucional e pela erosão da lei e da ordem, assim como dos quadros normativos. O sistema judicial, a polícia e as prisões não existem ou são incapazes de desempenhar um papel significativo no asseguramento requerido.

56. A comunicação pôs em evidência o facto de a estratégia de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito deverá guiar a intervenção nas seguintes seis áreas:

- a) a protecção das populações dada a prevalência de receios e vulnerabilidades de vários grupos. A missão integrada da ONU sempre teve um mandato para proteger, porque é impossível depender do Estado para a garantia de protecção. Ou o Estado não possui capacidade ou não goza de confiança suficiente por parte de todos os segmentos da sociedade;
- b) a criação de um quadro normativo (de políticas e jurídico) incorporando os direitos humanos para garantir protecção;
- c) a necessidade de fortalecimento de capacidades a médio e longo prazos. Este processo deverá ser conduzido em paralelo com a formação para garantir que as instituições sejam profissionalizadas e assegurem estabilidade;
- d) educação e formação, incluindo educação cívica em matéria de respeito dos direitos humanos nas escolas e outras instituições;
- e) garantir que as organizações da sociedade civil desempenhem um papel fundamental na implementação e na protecção dos direitos humanos;
- f) prestação de contas e justiça transitória – o desafio é a tensão entre o governo, composto de pessoas que gozam de impunidades, e a necessidade de prestação e justiça. Sem prestação de contas e reconciliação não há nenhum factor dissuasor contra futuros maus comportamentos e não haverá confiança no governo.

DEBATE

57. O debate que se seguiu abordou várias questões, incluindo o seguinte:

- a) As causas profundas dos conflitos têm de ser resolvidas pela reconstrução e pelo desenvolvimento pós-conflito para que a paz seja duradoira. Alguns poucos elementos sem interligação podem destruir todo um processo de paz, sendo assim extremamente importantes os incentivos para a paz para aliciar possíveis sabotadores;
- b) Embora a possibilidade de levantar o pau em vez da cenoura tivesse sido avançada no contexto dos programas de desarmamento, desmobilização e reinserção, os participantes manifestaram uma preferência geral pelo uso de incentivos em vez de coerção, sempre que possível;
- c) Os participantes sublinharam a necessidade de legitimar as instituições estatais e de criar forças armadas profissionais durante o processo de reforma do sector da segurança;
- d) Embora tivesse sido reconhecida a necessidade de assistência internacional, foi levantada a questão de “quem guarda os guardas”, com particular referência às forças de manutenção da paz. A necessidade de um código de conduta, sob a forma de um mecanismo para observação de perto relativamente à conduta das forças de manutenção da paz constitui um elemento essencial da reconstrução e do desenvolvimento pós-conflito;
- e) Alguns dos desafios enfrentados por programas de DDR estão relacionados com as dificuldades de implementação desses programas quando existem forças que operam fora do controlo dos signatários de um acordo de paz;
- f) Os participantes estabeleceram uma relação entre os processos de DDR em termos de pacotes de desmobilização e reabilitação para os ex-combatentes, e projectos para as comunidades a que os ex-combatentes regressam;
- g) O debate debruçou sobre o facto de saber se o DDR é um processo ou evento e os participantes salientaram a importância de esclarecer o que é um DDR, assim como o seu âmbito em situações de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito;
- h) Em termos de implementação, o papel da vontade política, confiança e convicção foi destacado como fundamental para a implementação bem-sucedida do processo DDR. Foi citado o caso do Congo-Brazzaville em que tinha havido um processo de quatro passos, incluindo: a assinatura de acordo de paz entre as partes beligerantes; o desarmamento dos combatentes; a oferta de meios de subsistência aos combatentes; e a instituição de um governo de unidade nacional. Todavia, mesmo aqui, tem havido desafios porque nem todos os combatentes receberam o tratamento esperado;

- i) Os debates trouxeram à tona a possível contradição entre os imperativos de justiça e a reinserção numa situação pós-conflito, dependendo do contexto;
- j) Os participantes acautelaram em relação à rotulação dos estados africanos como estados falhados e ao crescente debate, a nível internacional, sobre ao recurso ao modelo do *trusteeship* para a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito. Foi salientado que independente do governo que fosse instalado depois de um conflito, caso seja eleito pelos nacionais desse país, esse governo deverá ser aceite e reforçado pela comunidade internacional;
- k) Lembrou-se também que o fortalecimento de capacidades e a legitimação de um novo governo leva tempo e, por isso, todas as partes intervenientes deverão estar envolvidas no apoio a esse objectivo;
- l) O valor da liderança da UA foi reforçado face ao vazio de poder que se segue a conflitos e à realidade de que, se a UA não der provas de liderança, outros actores poderão aproveitar-se da situação;
- m) Os participantes acautelaram para o facto de que o quadro da UA deverá ter em conta a realidade de que nem todos os conflitos terminam com um acordo de paz. Nalguns casos, um grupo pode sair vencedor numa situação de conflito, daí a necessidade de determinar os termos do acordo de paz. O modelo das UA deverá proporcionar orientação mesmo nesses casos.

Recuperação sócio-económica em países que saem de conflitos

58. Quatro comunicações foram apresentadas nesta sessão pela CEA, pela NEPADS, pelo Banco Mundial e pelo Conselho de Investigação Científica e Industrial.

59. A comunicação da CEA, apresentada pelo Sr. Eltigani Ateem, pôs em realce o facto de que a recuperação sócio-económica era uma das condições para uma reconstrução e um desenvolvimento pós-conflito eficazes, paralelamente a um cessar-fogo, segurança, lei, ordem, boa governação e estado de direito.

60. Expôs cinco elementos nucleares da recuperação sócio-económica, nomeadamente a prestação de assistência humanitária, o repatriamento, o reassentamento, a reabilitação e a reinserção de refugiados, deslocados internos e ex-combatentes; a restauração de infra-estruturas físicas (importante para a ajuda de emergência a curto prazo e a recuperação a longo prazo); prestação de serviços sociais (saúde, educação) e activação da economia (criação de meios de subsistência, micro-finanças, programas para a juventude, alimentação em troca de trabalho/escola, apoio aos empresários locais e regionais, parcerias entre os sectores público e privado).

61. Algumas das lições do repatriamento e da reinserção dos refugiados e deslocados internos que o Sr. Ateem levantou incluem o seguinte:

- a) Necessidade de estabelecer um vínculo entre os programas nacionais, nacionais e internacionais;
- b) Estabelecer um vínculo entre os programas humanitários e os programas de desenvolvimento a longo prazo;
- c) Prestar atenção às grandes preocupações como segurança, desminagem, assistência de emergência, abrigo e reunificação de famílias;
- d) Necessidade de envolver a sociedade civil.

62. Concluiu os programas de reinserção deverão ser conduzidos pelo governo nacional. Os parceiros de desenvolvimento deverão oferecer capacidade organizativa, apoio à planificação e à mobilização de recursos. Para que os programas de recuperação económica tenham sucesso é necessário o seguinte: um mandato político, recursos, coordenação de parceiros e vínculos eficazes através de diferentes sectores e fases.

63. A comunicação da NEPAD, apresentada pelo Sr. Cunningham Ngcukana, destacou algumas das questões fundamentais para a implementação de programas sócio-económicos ligados à reconstrução e ao desenvolvimento pós-conflito:

- a) carácter único por oposição a universalidade dos conflitos;
- b) sistemas de conflitos regionais;
- c) programação simultânea e integrada;
- d) coerência estratégica;
- e) posse por parte dos locais com apoio externo;
- f) harmonização da ajuda;
- g) sincronização da prestação e da absorção.

64. O Sr. Ngcukana indicou que o papel da NEPAD na reconstrução e no desenvolvimento pós-conflito pode incluir actividades como promoção de políticas; acompanhamento e avaliação; produção e gestão de conhecimentos; apoio às comunidades económicas regionais e aos estados-membros e mobilização de recursos.

65. O Sr. Ngcukana identificou também outros actores envolvidos na implementação da reconstrução e do desenvolvimento pós-conflito, incluindo as CERs, os estados-membros, o sector privado, da sociedade civil e dos parceiros externos.

66. A comunicação do Banco Mundial, apresentada pelo Sr. Bernard Harborne, indicou que a ajuda em sociedades pós-conflito segue um ciclo de resultados em declínio. A ajuda afluí, o PIB cresce, a ajuda como percentagem do PIB diminui e em seguida diminui a taxa de crescimento do PIB. Os investimentos antecipados deverão fluir para os sectores que devam beneficiar em primeiro lugar, o que inclui telecomunicações e transportes, enquanto que as águas e o saneamento só aparecem na segunda fase. A inflação galopante e os baixos níveis de actividade comercial durante um conflito contribuem para a pobreza e travam o desenvolvimento, embora o

crescimento tenha a tendência de arrancar logo que o conflito chegue ao fim. As despesas militares, como percentagem do total das despesas públicas, deverão ser reduzidas depois do conflito, devendo aumentar as despesas com o sector social.

67. A comunicação do Conselho de Investigação Científica e Industrial, apresentada pelo Sr. Sybert Liebenberg, incidiu sobre o papel desempenhado pelos recursos naturais na instigação de conflitos armados em África. Para quebrar o vínculo – visto como o “AND dos conflitos” – entre recursos e conflitos, foi proposto o modelo de missões de paz viradas ao desenvolvimento, com base em análises de sistemas de situações de conflito. As análises de sistemas podem isolar as causas estruturais de um conflito, que sejam mais sensíveis a pressão, para que os actores envolvidos na resolução do conflito ou a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito possam influenciá-los positivamente para criar as condições de paz.

68. O Sr. Liebenberg argumentou que as actuais missões de manutenção da paz são incapazes de dismantelar as economias de guerra porque as mesmas simplesmente estão sobrepostas àqueles sistemas, o que leva à prolongação ou ao ressurgimento dos conflitos. A manutenção da paz virada ao desenvolvimento seria uma estratégia baseada em sistemas para eliminar as causas estruturais dos conflitos e comprimir o lapso de tempo que vai desde a manutenção da paz à construção da paz. Este modo de actuação requer análise estratégica, um quadro continental para a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito, integração dos objectivos de desenvolvimento na planificação de missões de paz e a integração da capacidade civil na reconstrução pós-conflito.

69. Os imperativos estratégicos da reconstrução e do desenvolvimento pós-conflito incluem avaliação política e económica, apoio técnico, estratégia, políticas e gestão coerentes e desdobramento rápido.

DEBATE

70. O debate sobre os programas de recuperação sócio-económica giram em torno dos seguintes temas principais:

- a) foi sublinhada a importância de aderir a uma estratégia multisectorial para implementar as reformas sócio-económicas em todos os sectores, com um plano claro e papéis claramente definidos para todas as partes, quer sejam internas ou externas, assim como a importância de realçar o papel das populações de base ou a participação comunitária;
- b) Sugeriu-se que o repatriamento dos refugiados e dos deslocados internos não deve ser visto como um indicador de sucesso; antes pelo contrário, o restabelecimento bem-sucedido de meios de subsistência nos seus locais de origem deverá ser o marco de referência com base no qual esse sucesso será medido;
- c) Concluiu-se que embora a exploração das capacidades das populações da diáspora deva ser ponderada em países que saem de conflitos, é muito difícil

- pagar a essas populações os salários equivalentes àqueles que auferem no estrangeiro;
- d) O alto nível de desemprego entre largos segmentos da população juvenil foi identificado como sendo um dos grandes factores que contribuem para os conflitos;
 - e) O quadro da UA deverá também prestar atenção ao problemas dos interesses externos pelos recursos naturais, para que aqueles não promovam a continuação dos conflitos. A NEPAD poderá contribuir para o melhoramento da gestão dos recursos naturais;
 - f) Foi mais uma vez levantada a questão do ponto de partida para a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito e os participantes sugeriram que o processo devia começar antes da assinatura de qualquer acordo de paz.;
 - g) Foi mais uma vez sugerido que a separação entre o financiamento da assistência de emergência e do desenvolvimento é artificial, uma questão que deverá ser repensada pelos doadores;
 - h) Os acordos de partilha de riquezas, nos moldes do Acordo Global para a Paz no Sudão, pode ajudar a garantir que os recursos naturais sejam mobilizados para o desenvolvimento, e não para conflitos. Iniciativas como o Processo Kimberly para a certificação de diamantes e a Iniciativa de Transparência para as Indústrias Extractivas são benéficas, mas foram voluntárias;
 - i) Os participantes exprimiram a sua preocupação pelo facto de que uma falsa dicotomia seja estabelecida entre assistência de emergência imediata e desenvolvimento a longo prazo, não obstante terem concluído que as duas necessidades podem muitas vezes parecer contraditórias.

Igualdade entre sexos e reconstrução pós-conflito

71. Houve três comunicações sobre igualdade e reconstrução pós-conflito pela Dra. Winnie Byanyima, do Departamento de Mulheres, Igualdade e Desenvolvimento; pela Sra. Hodan Addou do UNIFEM; e pela Sra. Thandi Modise da organização *South African Women in Dialogue* (SAWID). Todas as comunicações realçaram o facto de que as mulheres sofrem de forma desproporcional os efeitos dos conflitos e da violência. São vítimas de violência sexual, fazem parte de grupos armados, são raptadas e transformadas em escravas sexuais e suportam o fardo da prestação de cuidados a doentes e feridos. As mulheres (raparigas) muitas vezes constituem uma proporção significativa dos combatentes armados. Contudo, são muitas vezes ignoradas durante os processos de DDR.

72. As palestrantes lembraram que, desde o fim dos anos 90, as organizações intergovernamentais como a UE, a ONU e a UA têm adoptado políticas dirigidas especificamente à situação de mulheres e raparigas num conflito e para integrar a igualdade entre os sexos. A resolução 1325, da Assembleia Geral da ONU, sobre Mulheres, Paz e Segurança, o Protocolo da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos da Mulher em África e a Declaração Solene sobre a Igualdade entre Homens e Mulheres fazem parte dos instrumentos que abordam a questão da

igualdade e dos conflitos. Mesmo assim, as intervenções de reconstrução e desenvolvimento tendem a não responder à questão da igualdade, e a teoria e a prática da gestão de conflitos continua a ser resistente à incorporação de questões da igualdade.

73. As oradoras salientaram a disjunção entre os compromissos da UA para com a integração da igualdade entre os sexos e as acções da União no terreno o que, defenderam, pode ser atribuído aos seguintes factores:

- a) a estratégia privilegiada para a resolução de conflitos em África é juntar as partes e abordar o conflito como um problema partilhado com soluções mutuamente aceitáveis. Esta estratégia dá atenção a questões de partilha de poder e riqueza, mas são ignoradas as relações de força atribuídas à chamadas esfera doméstica ou privada;
- b) As estratégias tradicionais para a resolução de conflitos, privilegiadas em África, baseiam em desigualdades entre os sexos. As mulheres são, por vezes, incluídas como uma categoria nas negociações de paz, mas as questões de identidade e igualdade não são abordadas;
- c) O argumento da eficiência económica, que permitiu a tomada de consciência em relação à igualdade dos sexos no domínio das políticas de desenvolvimento, não se aplica à gestão de conflitos e segurança. As mulheres são importantes na construção da paz a nível local, mas não nas negociações de paz a níveis nacional e internacional;
- d) O sucesso de uma intervenção num conflito é definido em termos altamente subjectivos, como a neutralidade do mediador e a distribuição dos poderes pelas partes. Na gestão de conflitos, a esfera doméstica ou privada torna-se invisível, sendo por isso considerada como não política;
- e) As mulheres são tradicionalmente associadas com paciência e valores de salvar vidas, razão pela qual não são associadas com conflitos.

74. As questões fundamentais a ter em conta no âmbito da igualdade entre sexos para o quadro de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito incluem o seguinte:

- a) natureza ambivalente dos conflitos para as mulheres. Embora elas sofram de forma desproporcional, também ganham liberdade e desafiam os estereótipos da igualdade em situações de conflito, criando tensão entre vitimização e atribuição de poderes;
- b) o impacto do papel da igualdade sobre a gestão e a resolução de conflitos. Os mecanismos tradicionais são baseados em “estereótipos tradicionais” de masculinidade e feminidade (que são muitas vezes inventados, e não tradicionais) e a cultura frequentemente serve de pretexto para manter as desigualdades entre os sexos;
- c) As debilidades das instituições públicas e sociais em países que saem de conflitos. Assim, a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito pode oferecer uma oportunidade de transformação social das instituições públicas para reflectir melhor os interesses das mulheres.

75. Um quadro de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito, que responda à igualdade entre sexos, deverá incluir o seguinte:

- a) Considerações de segurança: a segurança das mulheres deverá ser incluída na reforma do sector da segurança, com maior representação de mulheres nas forças de segurança e protecção especial para grupos vulneráveis (os jovens, os idosos); dentro do estado de direito, a igualdade entre os sexos deverá receber uma atenção específica, incluindo a exclusão e a impunidade, assim como a prevenção de violência sexual contra as mulheres;
- b) Considerações económicas: a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito deverão apoiar e expandir as realizações económicas conseguidas pelas mulheres durante o conflito. As questões de terras, propriedade e direitos de herança são essenciais, especialmente para viúvas e mulheres regressadas, e as mulheres deverão ser incluídas nos cursos de formação;
- c) Considerações políticas: Participação das mulheres na esfera política.

76. Entre as principais recomendações formuladas relativamente à igualdade e a reconstrução pós-conflito figurou a necessidade de incluir as mulheres em missões de constatação, e que as referidas missões também deveriam incidir sobre questões da igualdade; adoptar linhas de orientação política sobre o género; envolver a sociedade civil na reconstrução e no desenvolvimento pós-conflito; desenvolver um manual de transformação da igualdade e dos conflitos; e incluir orçamentos para a análise da igualdade e a resposta à mesma nos programas de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito.

77. Embora a UA tenha assumido um compromisso para ter uma representatividade a 50/50 entre homens e mulheres, este compromisso ainda não é uma realidade. A UA deverá desenvolver um currículo de manutenção da paz que inclua questões da igualdade entre os sexos e aumentar o número de mulheres ao serviço de missões de manutenção da paz. A paz deve ser definida de forma que inclua a igualdade entre homens e mulheres, e a democracia deverá ir para além do direito de votar, para garantir que as mulheres recebam poderes para concorrerem a cargos políticos.

DEBATE

78. O debate sobre a igualdade entre os sexos e a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito cobriu as seguintes áreas:

- a) deverá haver uma decisão política para incluir as questões da igualdade em todos os programas. Frequentemente a desculpa é que a igualdade é integrada como uma questão transversal, mas ela requer de facto atenção e fundos explícitos e separados;

- b) o quadro de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito deverá incluir planos de implementação de compromissos ligados à igualdade e garantir que haja o impacto previsto;
- c) É essencial a integração da igualdade no Departamento de Paz e Segurança e deverão ser desenvolvidos marcos de referência para acompanhar o processo;
- d) É também importante a formação dos membros das forças de manutenção da paz em matéria de igualdade;
- e) A reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito oferece uma oportunidade para estabelecer novas normas culturais e sobre a igualdade. Embora alguns progressos tenham sido registados na área da integração da igualdade e no melhoramento da participação das mulheres, muito ainda resta a fazer.

SESSÃO III: PARA UM QUADRO DA UA SOBRE RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO PÓS-CONFLITO

79. A presidência da mesa lembrou que a finalidade do Retiro era analisar os elementos constitutivos do quadro de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito, e começar a formular um caminho para o futuro. Por uma questão de posse, é muito importante um processo participativo que envolva todas as partes intervenientes.

80. A comunicação dos relatores foi apresentada pela SaferAfrica e incidiu sobre os princípios que emergiram das deliberações, os quais deverão reflectir o quadro da UA para a reconstrução pós-conflito.

Princípios orientadores de um quadro da UA para a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito

81. Durante os debates, os participantes sublinharam vários princípios que deverão ser reflectidos no conteúdo da quadro da UA para a reconstrução e o desenvolvimento pós conflito e na implementação de actividades de reconstrução nos países afectados. Entre estes princípios, os fundamentais são os seguintes:

82. *Liderança africana*

- a) A reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito é acima de tudo um processo político, e não técnico. Assim, a UA e outras instituições políticas em África deverão o processo de formulação de políticas. Os estados-membros poderão constituir um mecanismo de apoio para que a UA mantenha a dinâmica de um quadro africano de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito;
- b) A reconstrução pós-conflito deverá ser vista e usada como um instrumento para consolidar a paz e evitar o retorno à violência nos países que saíram de uma guerra, e como uma oportunidade para a Reconstituição e modernização do estado afectado;

- c) O quadro da UA deverá ser guiado por definições e percepções africanas sobre as suas próprias necessidades e aspirações;
- d) A segurança humana deverá formar a base do quadro da UA para a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito.

83. Colocação dos processos nas mãos dos estados afectados

- a) A posse local é essencial na condução de todos os aspectos da reconstrução e do desenvolvimento pós-conflito, desde o levantamento, passando pela implementação, até à avaliação;
- b) Os actores locais deverão determinar as prioridades (carácter único) e conduzir o processo de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito, sem tirar legitimidade ao governo;
- c) Dada a complexidade das iniciativas de reconstrução pós-conflito, há uma grande necessidade de desenvolver uma agenda global para a reconstrução pós-conflito, assim como um quadro mutuamente aceite para a sua implementação, que seja adaptável a diferentes situações; definir os papéis e as responsabilidades dos diferentes actores; destacar as actividades mais importantes para a consolidação da paz; trabalhar nos pormenores dos padrões de aplicação; e proporcionar marcos de referência para medir o desempenho.

84. Necessidade de fortalecer capacidades para a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito

- a) A maioria das situações de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito são caracterizadas por capacidades internas limitadas a todos os níveis. Face a isso, o quadro deverá prever conscientemente o fortalecimento de capacidades locais – começando por instituições estatais, locais e cívicas;
- b) O quadro deverá prestar uma atenção especial aos jovens porque o fortalecimento das suas capacidades melhora o desenvolvimento estratégico do estado;
- c) O quadro deverá proporcionar orientação sobre as modalidades do envolvimento internacional no fortalecimento das capacidades locais – desde a fase humanitária até à fase do desenvolvimento;
- d) O quadro deverá prever a alavancagem das capacidades africanas detidas por países que saem de conflitos. Este aspecto inclui capacidade técnica local, regional e continental, assim como os africanos da diáspora.

85. Mobilização de recursos para a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito

- a) a mobilização de recursos nacionais deverá formar a base da reconstrução e do desenvolvimento pós-conflito porque todos os países, independentemente do seu estatuto, possuem alguns recursos nacionais;

- b) o quadro deverá prever a criação de outras alianças complementares para a mobilização de recursos como, por exemplo, a cooperação Sul-Sul;
- c) o quadro deverá prever a criação de um fundo africano para a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito;
- d) os doadores deverão ser encorajados a simplificar os seus procedimentos e reduzir as barreiras de acesso a recursos, garantindo uma disponibilidade antecipada e um rápido desbloqueio de fundos para países que saem de um conflito;
- e) os doadores deverão ser encorajados a transformarem as suas promessas e compromissos em apoio concreto sem demoras.

86. *Quebra do ciclo de violência*

- a) o quadro de reconstrução e desenvolvimento pós-emergência deverá prestar simultaneamente atenção a múltiplas questões, incluindo as causas profundas dos conflitos; reparar os danos causados pela guerra; colocar o país firmemente no caminho do desenvolvimento sustentável; e oferecer uma oportunidade aos países para que estes se modernizem;
- b) É essencial que se identifiquem incentivos para a paz, tanto económicos como políticos, o que implica uma forma de actuação sistemática e uma estratégia para responder às economias de guerra;
- c) O princípio de equidade e justiça na distribuição de poderes e riqueza deve ser aplicado em todo o processo de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito;
- d) O quadro de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito deverá incorporar estratégias regionais para a consolidação da paz e melhorar a coordenação entre a UA e as organizações regionais no domínio da reconstrução e do desenvolvimento pós-conflito. Essa estratégia regional deverá começar com análise das causas de fundo dos conflitos numa dada região.

87. *Coordenação e sinergia de actores*

- a) o quadro deverá garantir coerência, encorajar colaboração entre organizações, facilitar coordenação estratégica, entendimento comum dos desafios e anseios ligados à reconstrução e ao desenvolvimento pós-conflito, especialmente entre actores dentro do país afectado, mas também entre actores locais, nacionais, regionais, continentais e internacionais;
- b) O quadro da UA deve elaborar um mecanismo de planificação integrada de políticas e operações, orçamentação, assim como mobilização e atribuição de recursos, incluindo a implementação e a avaliação do processo;
- c) Necessidade de ter as mulheres envolvidas em todos os níveis de conceptualização e implementação de todos os aspectos da reconstrução e do desenvolvimento pós-conflito;

88. *Igualdade entre homens e mulheres (os conflitos encerram uma vertente da igualdade, e as soluções também a deverão contemplar)*

O quadro de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito deverá:

- a) reconhecer e apoiar as oportunidade de atribuição de poderes às mulheres e a transformação da sociedade relativamente à distribuição dos poderes e dos recursos;
- b) Proporcionar meios para garantir a participação das mulheres em todos os processos de prevenção, gestão e resolução de conflitos, assim como da reconstrução e do desenvolvimento pós-conflito;
- c) Reflectir tolerância zero para a violência sexual e a exploração de mulheres e raparigas durante operações de apoio à paz;
- d) Prever a análise da igualdade nas avaliações de necessidades desde o início da reconstrução e do desenvolvimento pós-conflito;
- e) Proporcionar marcos de referência e indicadores com vistas a avaliar o impacto de políticas e programas sobre a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito sobre a igualdade entre homens e mulheres;
- f) Abranger todos os instrumentos internacionais e continentais que garantam a protecção e o melhoramento da condição das mulheres;
- g) Prever a atribuição de recursos para programas e actividades sobre as mulheres.

DEBATE

89. O debate que se seguiu cobriu uma grande variedade de questões, incluindo os princípios que deverão estar na base do quadro da UA, os elementos constitutivos desses quadro e sugestões sobre a forma de seguir em frente para a produção do previsto quadro. As principais questões levantadas incluem o seguinte:

- a) verdade e reconciliação: vários participantes sublinharam a importância da reconciliação para alcançar uma paz duradoura;
- b) embora as questões de base, como as infra-estruturas, requeiram muita mão de obra, há outras questões subtis que os estados africanos podem resolver com recursos limitados como, por exemplo, a reconciliação e o processo de fortalecimento de capacidades (negociação/mediação);
- c) a importância de implementar projectos de impacto rápido, e serem vistos como funcionais no terreno, de modo que traga melhorias tangíveis para as vidas do povo;
- d) a importância de garantir que África esteja no centro do processo de reforma da ONU e o tratamento da proposta do Secretário-Geral para uma comissão de construção da paz, uma vez que a maioria dos conflitos tem lugar em África;
- e) mobilização de recursos: a UA deverá trabalhar para garantir uma mudança de paradigma quanto ao tipo de apoio que é necessário para a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito em África – assistência que responda às necessidades no terreno – e os participantes exortaram a UA para liderar a referida mudança de paradigma. A UA deverá entrosar-se com a comunidade

de doadores internacionais sobre a forma que o apoio à reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito deve assumir, e deverá estabelecer uma agenda africana sobre o entrosamento dos doadores com os países que saem de conflitos;

- f) basear a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito em informações sólidas, como avaliações de impacto de programas anteriores. A UE e outros parceiros podem partilhar este tipo de informação com a UA. Além da partilha de informações, a UE, a UA e a ONU deverão partilhar agendas, ou desenvolver uma agenda comum, para que os problemas possam ser superados e resolvidos de modo rápido e profissional;
- g) Considerar a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito como um processo contínuo que se estende desde o alerta antecipado e a prevenção de conflitos, passando pela gestão de conflitos, até à reconstrução, e o quadro deverá analisar os problemas/fracassos dos esforços de prevenção de conflitos a fim de constituir uma base para as medidas pós-conflito;
- h) O BAD, como instrumento de coordenação para a gestão de recursos, põe-se à disposição do continente na sua busca de desenvolvimento. No contexto do perdão da dívida, esses recursos suplementares deverão ser coordenados e o BAD poderá desempenhar um papel nessa área;
- i) A reconstrução das capacidades do Estado como base da reconstrução e do desenvolvimento pós-conflito. Questões de titularidade nacional, etc., são insignificantes, excepto no contexto de um estado que possa exercer poderes efectivos;
- j) Uma base de dados sobre a capacidade técnica africana em matéria de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito. Esta base seria útil para a UA e os estados afectados, e melhoraria a posse de África sobre o processo de reconstrução pós-conflito;
- k) A inclusão, no quadro, de uma matriz de actividades a levar a cabo. Esta inclusão permitiria a implementação de actividades que seriam acompanhadas de perto e avaliadas. Os mecanismos endógenos africanos deverão também ser documentados e reconhecidos oficialmente pela ONU;
- l) Continuidade e sequência de actividades em países que saem de uma guerra, como parte do quadro de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito.

90. Todos os parceiros de desenvolvimento envolvidos na reunião – nomeadamente agências da ONU, o Banco Mundial, a UE e o BAD – prometeram que dariam o seu apoio e continuariam empenhados no processo de operacionalização e implementação da reconstrução e do desenvolvimento pós-conflito em África.

91. A SaferAfrica deverá continuar a estar associada com a UA na aplicação da agenda de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito, cooperando e apoiando.

92. No debate que se seguiu, foi formulado um conjunto de recomendações de grupo no que toca às disposições institucionais; a forma como as forças políticas e intelectuais africanas podem ser aproveitadas nos esforços para um quadro africano de

reconstrução e desenvolvimento pós-conflito; e no caminho a seguir para a continuação do debate. As recomendações consistiram no seguinte:

- a) visto que a posse política da reconstrução e do desenvolvimento pós-conflito deve manter-se em África, é importante manter a vontade política dos estados-membros no apoio ao quadro da UA quando for produzido e implementado. Os estados-membros da UA deverão, por isso, mobilizar a questão da reconstrução e do desenvolvimento pós-conflito em apoio às acções de África;
- b) Deverá ser iniciado um processo de diálogo e consultas a nível da UA sobre questões como coordenação, parceria, identificação de local, recursos continentais e internacionais para aplicar nos esforços de reconstrução pós-conflito em África, identificação de necessidades de fortalecimento de capacidades com as partes intervenientes que devem implementar as actividades de reconstrução; e outras questões que garantam coerência e integração na estratégia da reconstrução;
- c) Foi feita uma recomendação para aprofundar o diálogo com a UE e outros parceiros de desenvolvimento – e talvez criar grupos de trabalho para avaliar a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito como uma base para rectificar os erros e partilhar uma agenda comum com vista a permitir que as instituições abordem estas questões com celeridade;
- d) Recomendou-se que o relatório da reunião de dois dias receba alguma autoridade dos participantes para que seja usado como documento de referência para informar outras partes intervenientes, particularmente os parceiros de desenvolvimento, da visão africana emergente sobre a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito;
- e) A reunião encorajou a SaferAfrica a continuar com a facilitação e o apoio às sessões de retiro da UA sobre a Agenda Africana de Paz e Segurança.

SESSÃO IV: ENCERRAMENTO

Caminho em frente

93. O Comissário para a Paz e Segurança delineou o seguinte processo a desenvolver pelo quadro da UA sobre a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito:

- a) Primeiro, a Comissão elaborará um novo documento conceptual com as recomendações formuladas durante o Retiro do CPS;
- b) A Comissão trabalhará com peritos, CERs e parceiros para realizar o trabalho preparatório antes de uma reunião de peritos sobre a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito;
- c) A Comissão convocará uma reunião continental de peritos para discutir um projecto de documento (quadro), que seria depois formalmente apresentado ao Conselho Executivo;

- d) A África do Sul, que assumia a presidência do Conselho de Paz e Segurança durante o mês de Setembro, tentará trabalhar na agenda para a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito.

Conclusão

94. A reunião concluiu com um voto de agradecimento à Comissão da UA por ter organizado o encontro, ao Governo da África do Sul por ter acolhido o evento e liderado as acções, e à SaferAfrica pelo seu apoio técnico e financeiro na facilitação da reunião.

95. A reunião foi encerrada às 17h30 do dia 5 de Setembro de 2006.